



Empowered lives.
Resilient nations.

MESA REDONDA: A MULHER E AS AUTARQUIAS LOCAIS EM ANGOLA (PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO)

Discurso de Boas Vindas do Director do PNUD Angola, Henrik Fredborg Larsen

25 de Julho de 2018

Excelências,

Secretaria de Estado para Família e Promoção da Mulher: Dra. Ruth Mixinge;

Embaixadora do Reino Unido em Angola: Sra. Jessica Hand; Gostaria de agradecer a parceria das Embaixadas Britânica e Norueguesa

Distintos dignatários presentes na sala: Deputada e Presidente do Grupo de Mulheres Parlamentares Dra. Luisa Damião; Presidente da 9ª Comissão Dr. Pinto de Andrade; Secretária Geral do CICA Pastora Deolinda Teca.

Muito obrigado a nossa facilitadora para a sessão de trabalho de hoje que veio de longe de Dar-es-Salaam, Dra. Christine Warioba.

Por último, mas não menos importante, obrigado a todos parceiros da sociedade civil.

Estamos frequentemente a celebrar os grandes passos sobre a democracia na história; mas nem sempre nos lembramos que frequentemente as democracias são desenhadas para 50% da população. Nestes países, e outros, a mulher continuou a viver durante mais de uma década sem representação ou sem o direito ao voto.



*Empowered lives.
Resilient nations.*

No meu próprio país, Dinamarca, temos orgulho de celebrar a Constituição de 1849. Mas foi somente em 1915 que as mulheres obtiveram o direito de voto e candidatura ao nível nacional.

O mesmo é verdade com a democracia local. Hoje, obviamente o direito não é a questão mas as instituições e processos podem facilitar, ou não facilitar. É possível desenhar o sistema do poder local em Angola com a mulher firmemente na mesa ou mais ou menos fora da mesa.

O assunto que vamos tratar durante as próximas duas manhãs, nomeadamente, a participação e representação da mulher no poder local eleito, é integral ao sucesso dos esforços para o desenvolvimento inclusivo e sustentável.

Significativos progressos foram alcançados nos últimos 20 anos, no empoderamento político da mulher. Por exemplo, ao nível global, as mulheres multiplicaram a sua representação nos parlamentos, como ministras e vice-ministras, e já se registaram muitos casos de mulheres Chefes de Estado (em África já tivemos uma Presidente na Libéria onde há uma Vice-Presidente agora, e uma Vice-Presidente na África do Sul). Sabemos também que a participação da mulher na política é socialmente transformadora. Pesquisa mostra que mulheres na política levantam assuntos que outros negligenciam, passam leis que outros opõem, investem em projectos que outros descartam e procuram acabar com abusos que outros ignoram. Onde as mulheres são capazes de participar em processos de paz, as chances de alcançar acordos são muito maiores.

Contudo, as mulheres continuam a enfrentar muitas barreiras a sua participação política. Essas barreiras têm relação com as condições sociais e económicas das mulheres, mas também com factores culturais. Para colmatar essas barreiras e alcançar paridade política, é preciso adoptar sistemas institucionais de organização política e eleitoral que viabilizam a participação e representação das mulheres. Mas na ausência dessas bases, normalmente são



*Empowered lives.
Resilient nations.*

adoptadas medidas e acções afirmativas a favor da mulher, tais como sistemas de cotas. No contexto da SADC por exemplo, foi adaptada a política da Zebra (50/50).

Para mim, é muito importante nesta Mesa Redonda analisarmos o que a proposta das seis leis em termos dos resultados que essas leis podem gerar em relação a participação e representação das mulheres. Por exemplo, devemos analisar como os partidos políticos constituem as suas listas eleitorais, e com a eleição directa do Presidente da Camara Municipal conforme proposta, seria um obstáculo ou positivo para avançar a representação política das mulheres?

O entendimento desses resultados deve nos levar a analisar se o que se propõe deve ser revisto, alterado ou fortalecido.

Para alcançar paridade, Angola pode, como o caso com vários países, adoptar um sistema de cotas para assegurar a devida representação da mulher. Esse sistema também pode ter diferentes formatos.

Espero que durante esta Mesa Redonda o diálogo possa ser franco, construtivo e produtivo, e que possam sair daqui boas recomendações para reforçar a proposta legislativa do Executivo a fim de assegurar a participação e representação substantiva da mulher nos processos das autarquias e nas futuras instituições de poder local. Isso porque experiências de outros países mostram que quando as mulheres participam e são eleitas para governos locais, elas tomam decisões sábias e relevantes para o progresso das suas comunidades.

Concluindo, permitam-me por favor reiterar que é possível desenhar o sistema do poder local em Angola com a mulher na mesa ou fora da mesa. Façamos da paridade o nosso objectivo.

Desejo a todas e a todos uma Mesa Redonda muito produtiva.

Obrigado pela atenção!